

direito desportivo

A Bola ao CENTRO

Alexandre Miguel Mestre esteve em A BOLA para uma conversa sobre as tendências do enquadramento do desporto na União Europeia

ALEXANDRE MESTRE

→ Uma conversa com o ex-secretário de Estado, um especialista em Direito da União Europeia, sobre os novos tempos do desporto na Europa. A legislação em mudança, o Brexit, o Livro Branco, equipas da Europa nos Jogos Olímpicos, as superligas... E a simbologia da bandeira azul com estrelas amarelas que vai aparecendo subtilmente...

entrevista de
MIGUEL CARDOSO PEREIRA

O presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, expressou o desejo de ver que os atletas vencedores de medalhas nos Jogos de Paris, em 2024, «ganhem como europeus». Admitiu-se até a possibilidade de os europeus nos pódios verem subir duas bandeiras, a nacional e a da União Europeia, bem como de as usarem na competição. Que lhe parece a ideia?

— Estou de acordo. Não será totalmente inovadora, pois em 1984, 1985, quando se começou a criar a ideia de uma Europa dos cidadãos, foi-se estimulando a noção de que podia haver forma de consciencializar uma identidade europeia pelo desporto. Falamos de uma UE que tem deixado de se focar só numa ideia de pessoas enquanto participantes de um mercado, colocando-se gradualmente o acento tónico em aspetos sociais, desportivos, numa lógica de humanização da UE. Já então surgiram propostas para que a bandeira europeia surgisse em competições, a fim de que espectadores se identificassem com ela. Já um outro presidente do Parlamento Europeu, em 2004, por altura do ano europeu da educação pelo desporto, aproveitara eleições europeias para acentuar o desporto em conformidade com o acesso à democracia. Percebo que os presidentes do Parlamento Europeu, face ao défice democrático que ainda existe, invocam a cidadania europeia como complementar às nacionais através do desporto. Entendo, da mesma forma, que possa ser difícil, nomeadamente ao nível dos Jogos Olímpicos, pois não existe um ranking por países, pois quem participa são os atletas, via comités olímpicos nacionais.

— Como país, a Europa seria o mais medalhado dos Jogos, à fren-

te de americanos, russos, chineses...

— Sem dúvida. É para precaver essa comparação geopolítica, essa avaliação de saber quem tem mais medalhas, que o COI não permite que haja esse ranking. Eu sou a favor do aparecimento de equipas desportivas que representem a Europa, mas percebo que não seja processo fácil.

— A Europa não pode criar equipas, competições ou impor uma bandeira em competição. Ou pode?

— Não. A UE tem só uma competência de coordenação entre estados, de apoio, de complemento. Se e quando se mostrar que é útil a intervenção, um valor acrescentado, ela ocorre, mas nunca para harmonizar legislação, nunca para dizer: eu determino que todos os estados têm de ter a mesma legislação e que todas as organizações desportivas tenham uma regulamentação uniforme.

— O que faz do desporto tão específico que o coloque à parte de outras formas de união que existem no espaço da União, no comércio, nos bancos, nas circulações ou nas fronteiras?

— É o reflexo da realidade. Desde o Tratado de Lisboa que se previu expressamente no direito primário da UE a ideia de que o desporto tem especificidades. Aliás, foi uma vitória do COI e da FIFA, em particular, que tentaram que fosse plasmado em letra de tratado o reconhecimento de que o desporto não é um setor como os outros.

— Até na aplicação da justiça, tendo tribunais próprios.

— Designadamente. Porque não é a mesma coisa comparar um trabalhador desportivo com um não desportivo. Essas especificidades aconselham a aceitação cega do direito da União. Por exemplo, podem criar-se barreiras discriminando indiretamente em razão da nacionalidade, como acontece quando se exigem jogadores formados localmente. E o CAS, como um tribunal próprio, vai solidificando a tal especificidade.

— A Ryder Cup, a prova de golfe que coloca EUA contra Europa, usa no logótipo a bandeira americana e, precisamente, a da União Europeia. Nunca li ou ouvi líderes europeus a desaprovarem esse uso. Parece que dá jeito.

— Não tenho conhecimento se a União, realmente, alguma vez interveio, se refutou essa ideia, mas não creio que tivesse qualquer vantagem em fazê-lo. Colocar EUA e UE nessa perspectiva binária — explorando uma rivalidade que só em última instância é desportiva... — pode ser provei-



“ Há gente que só através do desporto tem noção de uma cidade aqui ou ali

«Sou a favor de equipas desportivas que representem a União Europeia»

toso para a asserção do projeto europeu. Os valores da UE são os do desporto, solidariedade, entreatada, igualdade, liberdade, democracia, respeito pela dignidade humana e pelos direitos humanos, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Esse é o fundamento do processo de construção europeia e o desporto é o palco ideal. Creio que porventura haverá vantagem em função do golfe não ser uma modalidade tradicional do ponto de vista da sua organização piramidal, porque há mais do que uma entidade a nível in-

ternacional a reger a modalidade; se fosse apenas da responsabilidade de uma federação internacional talvez fosse mais custoso. O golfe tem flexibilidade para entrar por estes caminhos que eu vejo como salutares.

— Esteve este ano a discursar no Fórum Europeu do Desporto, em Sófia, na Bulgária, a convite da Comissão Europeia, num debate sobre o tema Promover os valores europeus através do Desporto. Nessa intervenção disse: «Tais ideias [subir ao pódio sob bandeira europeia, criar equi-

pas europeias] não me repugnam, pelo contrário: estou ao lado de quem defende a iniciativa de uma bandeira a demonstrar a ligação dos atletas a identidade e aos valores que defende a Europa.» Isto foi expresso internacionalmente. De um ponto de vista nacional, sobretudo enquanto esteve no Governo, alguma vez chegou a ser assunto?

— Até antes de ter passado pelo governo: em 2004, na altura como adjunto do secretário de Estado de então, o doutor Hermínio Loureiro, estivemos envolvidos na introdução

PERFIL

Um especialista no Direito da União

 Alexandre Miguel Mestre é advogado pós-graduado em Estudos Jurídicos e Económicos da União Europeia pela Université Paris I, Panthéon Sorbonne, mestre em Estudos Europeus pela Universidade Católica de Lisboa e doutor em Direito Europeu do Desporto pela Edge Hill University de Liverpool. É autor de diversos estudos, artigos e comunicações no âmbito do Direito da União Europeia/Desporto, entre as quais *O Desporto na Constituição Europeia – o fim do dilema de Hamlet* (2004) ou *Desporto e União Europeia, uma parceria conflituante?* (2002). Foi secretário de Estado do Desporto e Juventude no XIX Governo (2011-2012).



MIGUEL NUNES/ASF

cial; conseguiram estar nos centros de decisão relativamente a calendários, seguros, prémios, etc. A partir do momento em que percebam que podem ter mais liberdade na definição de uma competição podem querer arrancar para uma competição paralela. Se essa competição paralela for à margem de FIFA e UEFA será algo de novo no futebol, se for mais uma competição nesse universo também não deixa de ser novo, mas com menos impacto. Temos de estar preparados para gradualmente o movimento federativo internacional ceder também palco a outras entidades, porque o desporto é também prestação de serviços, negócio, indústria e não vejo nada negativo nisso, desde que os dinheiros sejam aplicados de forma transparente e se conheçam os movimentos financeiros.



Também o desporto está a mudar na Europa

— Não lhe parece um capitalismo exagerado, quase selvagem, no futebol europeu? Sobretudo se compararmos com a América, o país mais capitalista do Mundo mas que ao nível das instituições desportivas é muito conservador, com drafts, tetos salariais, limites a trocas de jogadores ou limitação de franquises por região, enquanto na Europa vale tudo.

— Permita-me discordar. Os tetos salariais não os podemos aplicar por força da legislação da concorrência europeia, seria fixação de preços. E a Europa já vai importando bastantes conceitos do modelo americano, basta pensar que há uns anos um critério de elegibilidade para participar numa competição desportiva era o mérito desportivo, ponto, e que na Europa já temos um conjunto de pressupostos legais, económicos, financeiros, infraestruturais para se poder participar numa competição. Temos, aliás, o *fair-play* financeiro da UEFA, que busca a igualdade, precisamente, em comum com a lógica de universalidade no acesso às competições com a *break even rule*, portanto a impossibilidade de os clubes gastarem mais do que as receitas que obtêm. Há, pois, freios na UE a um capitalismo desenfreado.

— Porém contornáveis com patrocinadores e até com dinheiro de estados, com o do Catar no PSG, segundo queixas de vários clubes e entidades.

— Como advogado gosto pouco de falar sobre suspeitas, porque sei que tantas vezes não correspondem à verdade. O *financial fair play* parece-me bem montado, quer os licenciamentos nacionais quer o filtro europeu, envolvendo órgãos de controlo da UEFA. Acho um bom passo, sem prejuízo de poder e dever ser aperfeiçoado, designadamente com fiscalização mais apertada e menos permeabilização a eventual torneir das regras.

— Como avalia o papel da UEFA na construção de identidade europeia?

— Fundamental. A UEFA celebrou há não muito tempo com a Comissão Europeia um acordo tendo em vista a promoção dos valores e ideais europeus no contexto do Euro-2020. Além de que tem pugnado pela ideia, até junto da FIFA, da especificidade da UE. Falamos pouco disso, mas existe um regulamento sobre o estatuto de transferências com uma norma de proibição de

transferências de menores, com a exceção de que ocorram dentro do território da UE, tendo os jogadores entre os 16 e os 18 anos, e isso também ajuda na construção de uma identidade europeia.

— Porquê?

— Porque se reconhece num regulamento da FIFA que não se pode desvirtuar a lógica de uma liberdade fundamental na UE. Mas regressando ao acordo UEFA/UE, uma vez que muitos dos valores do futebol e dos valores da UE são comuns, a vivência dos mesmos pelos cidadãos via futebol faz com que acreditem nesses valores, logo que se motivem na adesão a esse projeto europeu.

— Que papel tem tido a UEFA no acompanhamento do Brexit?

— Tem sido importante na preparação do pós-Brexit, sobretudo. Para os britânicos vai acabar a livre circulação, os acordos de associação envolvendo o que sempre se chamou de ‘comunitários B’, com prejuízos grandes para o recrutamento além-fronteiras para o futebol no Reino Unido. A UEFA tem tido papel presente no acompanhamento, creio.

— Como entende a ascensão dos nacionalismos e de que forma pode isso perturbar uniões desportivas? Se olharmos para os grandes mercados, temos China, Turquia, Rússia, EUA, Brasil, Índia, com muitas manifestações e poderes nacionalistas. Só resta a Europa.

— E já, também, temos o caso francês, que no seio europeu é definidor de uma certa tendência. E o italiano também, de alguma forma, com a emergência de totalitarismos e extremismos.

— Na Alemanha igualmente.

— Também. Cada vez mais há uma lógica binária, de extremos, embora a percentagem do fenómeno nesses países não seja ainda significativa. Mas temos de estar todos em estado de alerta.

— O desporto pode ser catalisador para esses extremismos?

— Tradicionalmente pode sempre ser usado das duas formas, a boa e a má. Pode fomentar extremismos, sim. Precisamente em defesa dos direitos humanos já foram extintas associações em França porque o seu fim não era o de apoiar um clube em concreto, enquanto claque ou grupo organizado de adeptos, mas sim veicular pelo desporto mensagens antiéticas. O desporto é o palco ideal para quem quer ser extremista. Por contraponto, a prática desportiva é a que mais ajuda a inserir um imigrante, um refugiado, um cidadão de outro país, precisamente pela universalidade que o caracteriza.

do desporto na Comissão Europeia, como matéria de construção da União Europeia. Neste momento já há mais uma consolidação, porque o artigo já existe e já é consensual que o papel do desporto é indiscutível. Eu recordo sempre que há um antes e um após o acórdão Bosman, não só para o mercado das transferências, mas para a consciencialização dos cidadãos europeus de que há regras comuns e desígnio partilhado. Muita gente não sabia, antes de 1995, que existia esse projeto de construção europeia.

— O Europeu de 2020 será em 12 cidades de 12 países. Não é já uma abordagem continental a uma prova antes só nacional?

— Parece-me intenção inteligente. Há gente que só através do desporto tem noção de que existe uma determinada cidade aqui ou ali. Desde crianças que dizemos ‘vamos jogar para a Europa’. É uma forma de conhecer geograficamente as nossas fronteiras e só podemos acreditar num projeto europeu se soubermos o que é a Europa. A noção e a interação espacial importam. É uma ideia de realidade pan-europeia. Sabe, em resposta a um inquérito a cidadãos europeus com a pergunta ‘qual o momento em que mais identifica a circunstância de ser europeu?’ a resposta apontava, curiosamente, para o momento em que há uma competição, mormente desportiva, entre europeus e não-europeus. Aí eu deixo de ser português ou dinamarquês e passo a ser europeu, porque a Bélgica está a jogar contra o Canadá. Esta tendência foi até reforçada recentemente com um outro estudo, de 2013, um inquérito *online* da União que procurava ‘o que mais identifica como sendo o papel do desporto para a União Europeia’ e as respostas apontavam para a inclusão, igualdade social e para o orgulho de ser europeu. Ou seja, temos aqui o desporto como capaz de fortalecer estes indicadores.

— Há pouco falámos sobre a incapacidade legislativa da União em matéria de desporto. De qualquer forma, o que se alterou com o tantas vezes referido Livro Branco do Desporto da UE. É só um livro de recomendações ou pode ser mais do que isso?

— Tem aplicabilidade. Foi um documento não vinculativo aprovado pela Comissão Europeia que nasceu de um trabalho com os estados membros e organizações desportivas internacionais — sucedeu até a um projeto no qual me envolvi com gosto, o relatório Arnaut, que já procurava transportar a especificidade do desporto para a aplicação das normas europeias, do Direito da UE. O Livro Branco fornece recomendações aos estados e organizações e serve como espécie de guia básico para os juízes quando têm de aplicar normas da UE ao fenómeno desportivo. Reconhece a função social, educativa e cultural

do desporto, bem como de saúde pública, e tem isso em conta na análise da sujeição do desporto a regras da UE, mormente ao nível dos auxílios de estado, da concessão de determinado tipo de subsídios, de empréstimos a juros bonificados ou de isenções fiscais para a construção de infraestruturas. Ou seja, temos algo não vinculativo — aquilo a que um autor chama de europeização não formal — mas que vai ajudar a uma europeização formal, o momento no qual a UE aplica um conjunto de normas ao fenómeno desportivo.

— Para lá dos ideais, a União caminha a ritmos diferentes. Também no desporto e as tendências parecem ansiar por mais elitismo. Veja-se a possível criação de uma superliga de futebol, onde não haveria espaço para os grandes de Portugal. Não é tudo cada vez mais mercantilista?

— No geral, quando o negócio pode gerar mais negócio e também solidariedade financeira, do topo à base da pirâmide, do profissional ao desporto de base, apostando na formação e em mais prática desportiva, acho positivo. Agora, é verdade que estamos a viver momento que implicam esforço de compreensão. Não há muito tivemos um caso paradigmático: uma decisão da Comissão Europeia sobre um caso da International Skate Union, no qual se discute até que ponto uma federação desportiva internacional pode impedir um praticante, noutra franja do calendário, de competir numa prova organizada por um privado, à margem da estrutura piramidal federada. Isso constitui ou não abuso de posição dominante, numa lógica de concorrência, por parte da federação desportiva? Teremos de continuar atentos para ver se de alguma forma o tal modelo tradicional europeu do desporto, no qual tudo passa por uma lógica federativa, não está a ceder um pouco a uma lógica comercial, sendo que os atletas estão cada vez com mais poder reivindicativo. É nesse contexto que pode surgir uma competição paralela em qualquer modalidade. É importante compreender os motivos de quem está tentado a escolher uma prova paralela.

— Quais são?

— O G14, há uns anos, também teve essa ideia. Deixou de a ter porque os clubes conseguiram estar no seio das organizações tradicionais, a UEFA em particular, no diálogo so-

“ A UEFA tem tido papel fundamental na construção de uma identidade europeia

“ A prática desportiva é a que mais ajuda a inserir um emigrante, refugiado, um cidadão de outro país